

Fernando José da Costa



O Falso
Testemunho

1ª edição – 2003

© *Copyright*
Fernando José da Costa

Capa: Mello & Mayer

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C872f Costa, Fernando José da
● falso testemunho / Fernando José da Costa. – Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 2003.

Inclui bibliografia
ISBN 85-218-0332-X

1. Falso testemunho. I. Título.

03-1431. CDD 347.943

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, sem permissão expressa do Editor (Lei n.º 9.610, de 19.02.98)

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA FORENSE UNIVERSITÁRIA
Rio de Janeiro: Rua do Rosário, 100 – Centro – CEP 20041-002
Tels./Fax: 2509-3148 / 2509-7395
São Paulo: Largo de São Francisco, 20 – Centro – CEP 01005-010
Tels./Fax: 3104-2005 / 3104-0396 / 3107-0842
e-mail: editora@forenseuniversitaria.com.br
<http://www.forenseuniversitaria.com.br>

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Noções de falso	4
1.1. História do falso	4
1.2. Conceito de falso.....	6
Capítulo 2 – Da testemunha e do falso testemunho	9
2.1. Origem e definição.....	9
2.1.1. Na Babilônia ou Mesopotâmia	10
2.1.2. No Egito.....	12
2.1.3. No direito hebreu.....	12
2.1.4. Na Índia	14
2.1.5. No direito romano	16
2.1.6. Na Arábia.....	17
Capítulo 3 – Do falso testemunho no direito penal pátrio	19
3.1. Nas Ordenações Filipinas	20
3.2. No Código Imperial do Brasil de 1830	21
3.3. No Código Republicano de 1890	25
3.4. No Código Penal de 1940	27
3.5. No Código Penal de 1969	29
3.6. No Anteprojeto de Código Penal de 1999	30
3.7. Na Lei nº 10.268/2001	33
Capítulo 4 – Da psicologia da testemunha	38
4.1. Das testemunhas com idade avançada	43
4.2. Das testemunhas infantis	44

4.3. Das testemunhas em países desenvolvidos	48
4.4. Das testemunhas femininas	48
Capítulo 5 – Da prova testemunhal.....	50
5.1. Conceito e críticas.....	50
5.2. Do valor da prova testemunhal.....	52
5.3. Das diferenças entre testemunha, testemunhar e testemunho	55
5.4. Classificação	56
Capítulo 6 Objetividade jurídica.....	58
6.1. Da objetividade jurídica do falso testemunho	58
6.2. Da discussão em torno da objetividade jurídica	58
6.3. Da classificação do falso testemunho e do falso documental	59
Capítulo 7 Do <i>nomen juris</i> do art. 342 do Código Penal	62
Capítulo 8 – Sujeitos do crime	66
8.1. Falso testemunho – crime próprio ou de mão própria	68
8.2. Da testemunha	69
8.3. Da testemunha e do informante	71
8.4. Das testemunhas desobrigadas	73
8.5. Do co-autor.....	76
8.6. Do partícipe.....	77
8.7. Do advogado	81
8.8. Do policial	83
8.8.1. Do policial militar	85
8.9. Do contador	86
Capítulo 9 Aspecto objetivo do crime	87
9.1. Conduta	87
9.2. Do falso objetivo e do falso subjetivo.....	89
9.3. Da relevância jurídica	91
9.4. Da qualificação	92
9.5. Consumação e tentativa	95

9.5.1. Da consumação	95
9.5.2. Da estenotipia.....	100
9.5.3. Da fonografia.....	101
9.5.4. Da videoconferência	102
9.5.5. Da tentativa.....	102
9.6. Do compromisso ou advertência	104
9.6.1. Do compromisso	104
9.6.2. Da advertência.....	106
9.6.3. Da contradita	106
Capítulo 10 – Aspecto subjetivo	108
Capítulo 11 – Das penas ao falso testemunho	110
11.1. Da pena.....	110
11.2. Da relação entre a pena a ser aplicada ao falso testemunho e as conseqüências por ele causadas	112
11.3. Críticas à pena do crime de falso testemunho	114
11.4. Da ineficácia da pena do crime de falso testemunho	117
11.5. Sugestões <i>de lege ferenda</i> quanto à pena do crime de falso testemunho	117
Capítulo 12 Formas agravadas.....	123
12.1. Do § 1º do art. 342 na redação original de 1940.....	123
12.2. Do § 2º do art. 342 na redação original de 1940.....	124
12.3. Do § 1º do art. 342 após alteração pela Lei nº 10.268/2001	126
12.4. Do § 2º do art. 342 após alteração pela Lei nº 10.268/2001	127
Capítulo 13 – Da retratação	129
13.1. Conceito de retratação	129
13.2. Da sentença que cessa a possibilidade de retratação	130
13.3. Sede da retratação	133
13.4. Do reflexo da retratação com relação aos partícipes	134
13.5. Da retratação do retrato	135

Capítulo 14	Do início e da competência da ação do delito de falso testemunho.....	138
14.1.	Do início da apuração do falso testemunho	138
14.2.	Da competência no falso testemunho em depoimento prestado por precatória	141
14.3.	Da sede onde ocorre o crime de falso testemunho	142
Conclusões		147
Bibliografia.....		155